



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Processo n.º: 32.101/2016-e
Órgão: Câmara Legislativa do Distrito Federal-CLDF
Assunto: Auditoria de Regularidade

Ementa: Auditoria realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo o PGA-TCDF/2016. Verificação da regularidade dos aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões realizadas pela CLDF, apreciados à luz do item I da Decisão n.º 77/2007 e, ainda, do efetivo cumprimento pela jurisdicionada das determinações de correções posteriores exaradas por ocasião da apreciação dos atos de aposentadoria e pensão. Identificação de irregularidades. Relatório prévio de auditoria. Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF sugere providências saneadoras. Audiência. Encaminhamento prévio do Relatório de Auditoria à CLDF. Decisão n.º 114/2017. Relatório Final de Auditoria. Sefipe/TCDF sugere providências saneadoras. Audiência de servidores. Questionamento da CLDF a respeito da aplicação ou não do teto remuneratório aos agentes políticos, bem como acerca dos possíveis impactos de deliberações do STF sobre o tema, havidas em sede de Repercussão Geral. Reiteração de providências sugeridas pela Sefipe/TCDF no Relatório Final de Auditoria. Pedido para constituição de autos apartados para conduzir estudos especiais relativos ao teto remuneratório e suas variadas nuanças. Parecer convergente do Ministério Público, com adendo. Remessa dos autos à Secretaria da Macroavaliação da Gestão Pública - Semag deste Tribunal, para exame e manifestação acerca de Achado constante do Relatório de Auditoria n.º 8/2016-Final, item 2.3.1.2 – concessão, sem lei autorizativa e em descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de progressão funcional a servidores que aderiram a plano de aposentadoria voluntária. Despacho Singular n.º 688/17 – GCIM. Informação da Semag/TCDF. Ato nulo de pleno direito. Inexistência de afronta à LRF. Retorno dos autos à relatoria. Parecer convergente do Ministério Público. **Nesta fase:** análise de mérito do Relatório Final de Auditoria produzido pela Sefipe/TCDF, da informação prestada pela Semag/TCDF e dos questionamentos da CLDF. Considerações. VOTO parcialmente convergente com a Sefipe/TCDF e com a Semag/TCDF. Autorização para estudos especiais acerca dos questionamentos apresentados pela jurisdicionada.

RELATÓRIO

Consistem os autos em Auditoria de Regularidade realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a fim de verificar a regularidade dos aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões realizadas pela CLDF, conforme os termos descritos na ementa.

Nesta fase, examina-se o mérito do Relatório Final de Auditoria produzido pela Sefipe/TCDF (e-DOC A474214B-e – peça 46 e e-DOC 6462A90C-e – peça 55), da informação prestada pela Semag/TCDF (e-DOC 1FEF30C2-e – peça 59) e dos questionamentos da CLDF (e-DOC A6322EFE-c – peça 44 e e-DOC FC66F260-c – peça 54).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A unidade instrutiva, no exame que lhe incumbe, após apresentar as considerações constantes do Relatório Final de Auditoria n.º 8/2016 (e-DOC A474214B-e – peça 46), apresenta as seguintes argumentações ao Plenário (e-DOC 6462A90C-e – peça 55):

“2. Nos termos art. 41, § 2º, da LC 1/94, foi oportunizado à jurisdicionada manifestar-se acerca dos achados de auditoria (Decisão 114/2017), o que foi levado a efeito pelo Ofício 35/2017-GP (eDoc D05ED6EA-c).

3. Posteriormente, a auditada encaminhou à Corte o Ofício 45/2017-GP (eDoc A6322EFE-c) questionando se o teto remuneratório (art. 37, XI, da CF) aplicável aos servidores em acumulação de cargos seria aplicável também a agentes políticos.

4. Esses expedientes da jurisdicionada foram examinados por esta Unidade Técnica no Relatório Final de Auditoria (eDoc A474214B-e).

5. Estando os autos já submetidos a apreciação do Parquet especializado, deu entrada nesta Corte o Ofício 116/2017-GP (eDoc FC66F260-c).

6. No referido expediente, a CLDF consulta esta Corte sobre o impacto que as deliberações do Colendo STF, proferidas em sede de repercussão geral nos RE 602043 e 612975, teriam sobre a matéria tratada nos autos.

7. De fato, segundo considerou por maioria o Pretório Excelso, em caso de acumulação lícita de cargos, o teto constitucional deve ser considerado em relação a cada uma das remunerações, e não à soma delas.

8. Nessas condições, o que de plano se afigura inconteste é que, para as hipóteses autorizadas no art. 37, XVI, da CF, o teto remuneratório deve ser aplicado a cada um dos cargos de forma isolada. Para as situações existentes na CLDF, abarcadas por esse dispositivo (seja em acumulação de vencimentos com vencimentos, proventos com vencimentos ou proventos com proventos), pode-se aplicar desde logo o entendimento consolidado pelo STF, ora comentado.

9. Nada obstante, a nosso ver, o exaustivo debate da matéria – aí se incluindo a aplicação de teto remuneratório para detentores de proventos ou estipêndios pensionais em cumulação com cargo de livre provimento ou cargo eletivo, vencimentos de cargo efetivo com os de cargo eletivo ou em comissão, proventos de aposentadoria com vencimentos de cargo não acumulável, cujo ingresso tenha ocorrido até dezembro de 1998 – deve ocorrer em sede de estudos, a serem conduzidos em processo específico por esta SEFIPE.

10. No bojo desses estudos, cujo processamento deve ser previamente autorizado pelo Tribunal, deve-se cotejar a legislação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

regência (v.g. arts. 37, § 10, e 38 da CF; art. 11 da EC 20/98; legislação infraconstitucional), as decisões do Tribunal sobre a matéria, bem assim as razões de decidir dos recursos extraordinários antes mencionados.

11. *Por derradeiro, e ante o que foi exposto, salienta-se que enseja adequação a redação atribuída ao item VI das sugestões lançadas no Relatório de Auditoria nº 08/2016-Final. Corrobora-se, assim, as demais sugestões, que serão a seguir reproduzidas.*

12. *Ex positis, somos por que o colendo Plenário:*

I. tome conhecimento do Ofício 116/2017-GP, encaminhado pela CLDF;

II. autorize a constituição de autos apartados para conduzir estudos especiais objetivando exaurir a matéria mencionada no parágrafo 9 da instrução;

III. cientifique a Casa Legislativa do DF que a consulta veiculada no expediente mencionado no item I, anterior, será objeto de análise em autos específicos;

IV. tome conhecimento, ainda, do Relatório de Auditoria nº 08/2016-Final (eDoc A474214B-e) e dos demais documentos juntados aos autos;

V. considere cumpridas as providências requeridas nas Decisões indicadas no Quadro I do mencionado Relatório de Auditoria, bem como releve os erros materiais indicados no Quadro II, dando por regulares os registros ali identificados; (vide itens 2.1 e 2.2)

VI. determine à CLDF que:

a) adote, no prazo de 90 dias, providências no sentido de revisar os apontamentos objeto do Quadro III do Relatório de Auditoria, procedendo, conforme o caso, à regularização pertinente, observando o direito de defesa dos interessados, dando conhecimento à Corte de Contas dos resultados alcançados; (vide Item 2.2.1.1)

b) adote ainda, no prazo indicado no item anterior, providências junto aos servidores inativos, pensionista/beneficiário e servidores exonerados que tenham recebido valores resultantes da conversão em pecúnia da licença-prêmio por assiduidade sem observância, na fixação da remuneração-base, do teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da CF, no sentido de se ressarcir da diferença paga a maior, observado o direito de defesa, nos moldes preconizados no item VII da Decisão TCDF nº 3520/2015, sem prejuízo de futura conversão dos autos em TCE com vista a eventual imputação solidária dos débitos remanescentes aos servidores indicados no § 77 do Relatório de Auditoria; (vide item 2.3.1.1)

c) com fulcro no art. 45 da LOTCDF, promova as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, mediante declaração de nulidade dos benefícios concedidos com base nos arts. 16 e 3º, respectivamente das Resoluções 229/2007 e 245/2010, em face da inobservância da reserva legal preconizada nos arts. 10, parágrafo único, da Lei 8.112/1990, aplicável ao DF por força da Lei 197/1991,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e 37, X, da CF, bem ainda, em razão da vedação prevista no art. 22, I, da LRF, aplicável em face do art. 23 da mesma norma, tendo em vista a extrapolação pela Câmara, nos quadrimestres anteriores à expedição das citadas Resoluções, do limite total da despesa com pessoal preconizado no art. 20 da mesma norma fiscal, fato confirmado por esta Corte de Contas, consoante Decisões nºs 6281/2007 e 4457/2010; (vide item 2.3.1.2)

d) promova a imediata revisão das RAIS enviadas ao Ministério do Trabalho e Previdência nos últimos cinco anos procedendo, se for o caso, às retificações devidas; (vide item 2.3.1.4)

e) aperfeiçoe os controles internos afetos aos procedimentos a seguir identificados, posto que as falhas identificadas nos itens 2.2.1.1, 2.3.1.4 do Relatório de Auditoria denotam tratar-se de problemas de natureza sistêmica (não pontuais):

i) a atualização financeira dos proventos e estipêndios sujeitos às regras de atualização pelo RGPS e dos estipêndios atualizados pela paridade, bem como reveja a situação atual dos servidores inativos e pensionistas sujeitos às regras em tela;

ii) elaboração da RAIS.

VII. autorize, à vista do art. 57, II, da LOTCDF e da Matriz de Responsabilização (e-doc 727B8D27), a audiência dos servidores abaixo identificados, ante a possibilidade de aplicação de multa por concorrerem, por ação ou omissão, na prática de ato com grave infração à norma legal, a teor do noticiado no item 2.3.1.1 do Relatório de Auditoria:

a) Roberto de Almeida, signatário do Parecer nº 21/2014-SLP/DCPP/DRH;

b) Patrícia V.C. Pereira Zart, signatária do Parecer nº 84/2014-PG;

c) Sérgio Luiz da Silva Nogueira, na condição de anuente ao Parecer nº 84/2014-PG;

d) na condição de membros do Gabinete da Mesa Diretora de 2014, e signatários da deliberação contida no item 4 da Ata da 8ª Reunião do referido Gabinete – DCL nº 56, pg. 5:

i. George Alexander Contarato Bruns;

ii. Jane Mary Marrocos Malaquias;

iii. Arlécio Alexandre Gazal;

iv. Renan Berssoni Paz;

v. Alexandre Braga Cerqueira.

VIII. considere as irregularidades apontadas no achado tratado no item 2.3.1.1 do Relatório de Auditoria como resultante de prática de ato de gestão ilegal para os fins indicados no art. 17, III, "b", da LOTCDF, devendo ser consideradas quando do julgamento das contas da Casa legislativa alusivas aos exercícios de 2015 e 2016. (item 2.3.1.1)

IX. informe ao Presidente da Câmara Legislativa que o teto remuneratório dos servidores que acumulam cargos com amparo no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

art. 37, XVI, da Constituição Federal deverá ser considerado em cada cargo isoladamente, à vista do que decidiu o colendo STF nos RE 602043 e 612975;

X. dê conhecimento ao Chefe do Poder Executivo, bem como à Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, dos fatos noticiados no item 2.3.1.2 do Relatório de Auditoria;

XI. autorize o encaminhamento do Relatório de Auditoria, desta Instrução e da decisão que vier a ser adotada à Câmara Legislativa do DF”.

MANIFESTAÇÃO DA SEMAG

Essa unidade instrutiva apresenta as seguintes ponderações (e-DOC 1FEF30C2-e – peça 59):

“(…)

3. Preliminarmente, de se registrar que a manifestação desta unidade técnica ficará circunscrita aos aspectos atinentes ao descumprimento dos arts. 22 e 23 da LC nº 101/00 (LRF), conforme apontamentos do Relatório de Auditoria em evidência, haja vista que a competência para a análise da legalidade dos atos de concessão de aposentadoria objeto da Auditoria encontra-se na órbita da Secretaria de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE.

4. Conforme visto na transcrição do subitem 2.3.1.2 do Relatório, os signatários aduzem que teria havido concessão de progressão funcional sem lei autorizativa a servidores que aderiram a plano de aposentadoria voluntária à época; ainda, que tais progressões teriam sido concedidas ao arrepio das disposições dos arts. 22 e 23 da Lei Fiscal.

5. Primeiramente, é bom que se diga que a concessão das progressões funcionais, realizadas apenas em relação à parcela de servidores que aderiu ao plano de aposentadoria voluntária implementado pela CLDF, não se deve confundir com a concessão de reajuste remuneratório para toda a categoria de servidores daquela Casa Legislativa. Esse aspecto é relevante para o perfeito entendimento se houve, ou não, malferimento aos dispositivos da Lei Fiscal em relação ao aumento de despesa que foi praticado.

6. Nesse particular, a concessão de progressão funcional a servidores públicos, independentemente de estarem aderindo, ou não, a plano de aposentadoria voluntária, deve estar prevista em lei e os beneficiários devem cumprir os requisitos legais de regência, conforme bem lançado no Relatório de Auditoria em comento.

7. Fazendo uma ponte para as disposições do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF36, encontramos entre as exceções para a prática de atos que resultem aumento da despesa de pessoal, exatamente aqueles atos que resultam de determinação legal, como são as progressões funcionais e também a concessão do chamado adicional por tempo de serviço - ATS. Ou seja, estando tais



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

benefícios previstos em lei própria, resta ao gestor implementar a aplicação da lei em exigência aos que se encontrarem aptos, não importando se o Poder ou órgão se contra com suas despesas de pessoal em situação de extrapolação dos limites próprios de gasto definidos na mesma Lei Fiscal.

8. Então, caso os servidores da CLDF que estavam aptos a se aposentarem naquela oportunidade fizessem jus à progressão funcional prevista em lei própria, o gestor não poderia negar tal progressão, mesmo estando com as despesas de pessoal além do limite máximo. Em caso tal, extrapolado o limite de gasto próprio, por óbvio que haveria de implementar as medidas previstas na LRF, a teor do seu art. 23, e também na Constituição Federal, art. 169, para retornar à situação de normalidade do correspondente limite de gasto.

9. Portanto, a situação de extrapolação do limite da despesa de pessoal não impede a prática de atos que resultem aumento desses gastos, desde que praticados em cumprimento a determinação legal ou de decisão judicial. Nesse sentido, inclusive, já decidiu este Tribunal de Contas em sede de Consulta, conforme consta da Decisão nº 1.111/15, in verbis:

DECISÃO Nº 1.111/2015

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...]; II – no mérito, responder à consulente que, nas situações de extrapolação do limite prudencial de gasto com pessoal definido no parágrafo único do art. 22 da LC nº 101/00 (LRF), ou da ultrapassagem do limite máximo (art. 20 da LRF), devem ser aplicadas todas as restrições insculpidas nos incisos I, II, III, IV e V do referido parágrafo único, a saber: 1) somente pode ser praticado ato de que resulte aumento de despesa de pessoal quando derivado de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, além do decorrente do disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal; [...].”

10. Em sendo dessa maneira, em o servidor público preenchendo as condições para concessão de algum benefício pessoal, a exemplo do adicional por tempo de serviço, ou de progressão funcional, não pode ser impedido de que integre desde logo seu patrimônio pessoal, sob alegação de proibição do art. 22 da LRF.

11. Entretanto, à luz das evidências apresentadas no dito Relatório de Auditoria, o que houve, de fato, foi a concessão de progressão funcional a determinados servidores sem que esses preenchessem os requisitos presentes na legislação de regência, mormente a Lei nº 4.342/09. Esse fato, por si só, esvazia a discussão de que teria havido descumprimento aos dispositivos da LRF em comento.

12. Desse modo, lamentando divergir da posição daquele outro órgão técnico, entende-se que, neste caso concreto, não há que se falar em descumprimento dos arts. 22 e 23 da LRF, senão vejamos: em tendo sido as concessões das progressões funcionais realizadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

em conformidade com a lei regente, no caso a Lei nº 4.342/09, tais atos terão sido praticados em cumprimento a determinação legal, encontrando amparo no inciso I do art. 22 da Lei Fiscal; de outra, caso tenham sido realizadas concessões de progressão funcional ao arrepio da lei própria, aquela que tratava do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da CLDF à época, tais concessões são consideradas nulas de pleno direito e, portanto, não subsistirão à etapa seguinte de confronto com os arts. 22 e 23 da LRF.

13. *Ante esse breve exposto, retornam-se os autos à relatoria do feito, para as providências que entender pertinentes.”*

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O *Parquet*, em sua primeira manifestação (e-DOC 6AFE440F-e – peça 57), acolhe as sugestões apresentadas pela Sefipe/TCDF, com adendo. Veja-se:

“(…)

22. *Um outro achado refere-se aos pagamentos em desconformidade com o teto remuneratório estabelecido pelo art. 37, XI, da CF/88, naqueles casos em que se admite a acumulação de cargos (inciso XVI do mesmo artigo). No que se refere a este ponto, registre-se que deu entrada nesta c. Corte o Ofício 116/2017-GP em que a CLDF apresenta consulta esta Corte sobre o impacto que as deliberações do Colendo STF, proferidas em sede de repercussão geral nos RE 602043 e 612975, teriam sobre a matéria tratada nos autos. Nos referidos Recursos Extraordinários indicou o STF que no caso de acumulação lícita de cargos, o teto constitucional deveria ser considerado em cada remuneração, e não à soma total. Partindo desta premissa inicial, propõe a Sefipe abertura de processo específico para exaurir a matéria, posição essa que também conta com a concordância do MPC. Em adendo, contrapondo a sugestão do corpo técnico na nota 4 (abaixo), no presente caso específico, entendo que não há, necessariamente, como aplicar de imediato, sem uma discussão mais detalhada e profunda, o teto em separado. Ao se abrir um processo específico para definir todas as situações abrangidas pelas recentes decisões do STF, acredito que surtirá efeitos mais positivos e evitará decisões possivelmente conflitantes. Nestes termos, com esta breve consideração, opina-se pela adoção das medidas indicadas pelo Diretor – DEFIPE, sugerindo ao TCDF a urgência na apreciação do processo apartado.”*

Posteriormente, em nova manifestação (e-DOC A7BE8925-e – peça 61), o Ministério Público assim se posiciona:

“(…)

4. *Os autos retornam ao Ministério Público de Contas, por força do Despacho Singular nº 114/18 – GCIM (e-DOC 8353A672-e).*

5. *Correta a análise da Unidade Instrutiva no que concerne à afronta a dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, art. 22 e 23.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

6. Aumentos na despesa de pessoal decorrentes de progressões funcionais ou concessão do chamado adicional por tempo de serviço – **ATS legalmente estabelecidos**, comumente vistos como causa do “crescimento vegetativo da despesa com pessoal”, não são, de fato, o objeto dos dispositivos da LRF.

7. Com efeito, a LRF veda ao Poder ou Órgão (referidos no art. 20) que tenha excedido a 95% do limite de gasto com pessoal a **implementação** de ato que eleve a despesa de pessoal, de interesse, a “concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição”.

8. Ocorre, contudo, que foi concedido, ao arrepio da Lei, o benefício de “progressão funcional” como forma de incentivo à aposentadoria àquela parcela de servidores que já detinha o direito à inatividade, mas que não alcançava os requisitos que lhes garantiriam o direito à progressão:

“133. Em que pese os regramentos legais e constitucionais antes referidos, a CLDF por meio das Resoluções nºs 229, de 28 de setembro de 2007, art. 16, (e-doc E19A0382) e 245, de 29 de junho de 2010, art. 3º, (e-doc 5687C286) e a pretexto de incentivar a aposentadoria voluntária, e assim, juntamente com outras medidas, reduzir gastos com pessoal em face das imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF25, concedeu aos servidores aptos à obtenção de aposentadoria voluntária e que a requeressem nos prazos fixados nas citadas Resoluções, as seguintes progressões funcionais [erroneamente denominadas de promoção, a teor do disposto nos arts 8º da Lei nº 8.112/1990 e art. 3º, V, XIV e XVI da Lei nº 4.342/2009]:

□ “promoção de três padrões na carreira” (Res. 229/2007, art. 16, III) – em 2007;

□ “promoção de três padrões na carreira”, acrescidos de “avanço de mais três padrões na carreira...” (Res. 245/2010, art. 3º) – em 2010.

134. De notar que, uma vez reposicionado na carreira, o servidor foi então aposentado. Assim, considerando que o reposicionamento na carreira, o servidor foi então aposentado.

9. Nesse contexto, por terem sido concedidas por ato infra legal (resoluções) a despeito do que determinava lei própria, que tratava do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da CLDF à época, tais concessões revestem de nulidade de pleno direito.

10. Noutra esteira, hipoteticamente, se a lei específica previsse a possibilidade de avanço funcional, por conveniência e oportunidade e ato do gestor do órgão, neste caso, restaria caracterizada a afronta aos dispositivos da LRF se fosse concedido qualquer benefício de avanço na progressão funcional diante de limite de gasto com pessoal extrapolado, ainda que houvesse disponibilidade orçamentária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

11. Sendo assim, o Ministério Público de Contas, nesse ponto, **aquiesce** com a análise do Corpo Técnico, sem observações ou considerações adicionais”.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

VOTO

Nesta etapa processual, examina-se o mérito da Auditoria realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal, após as manifestações das unidades instrutivas, do *Parquet* e da jurisdicionada. Para melhor compreensão dos pontos debatidos na instrução processual, dividir-se-ão os temas por tópicos. A eles.

I – Cumprimento de determinações do Plenário, nos casos de concessões julgadas “legais com recomendação posterior” e nas concessões julgadas “ilegais”

Salienta a Sefipe/TCDF que, nos processos analisados, a CLDF deu efetivo cumprimento às determinações da Corte, conforme consta do quadro a seguir:

Quadro I – Correção posterior e ato ilegal

Processo TCDF	Processo CLDF nº	Interessado	Ocorrência ¹
42205/2007	1000696/2003	Ana Maria Botelho Rocha	ILEGAL. Decisão nº 2732/2013. Ato foi anulado tendo a servidora pleiteado nova aposentadoria, que foi considerada legal, consoante Decisão nº 3022/2015, proc. 1152/2015.
1243/2008	1001325/2007	Carlos Eduardo de Souza Brettas	Cor. Posterior Decisão nº 5332/2012. Em atenção ao item II foi providenciada a autenticação da certidão expedida pelo INSS.
3546/2015	1001085/2013	Donalva Caixeta Marinho	Cor. Posterior Decisão nº 2337/2015. Renúncia de aposentadoria. Portaria - DRH nº 1, de 06.01.2014, publicada no DCL de 07.01.14 tornada sem efeito pela Portaria - DRH nº 298, de 06.07.2015, publicada no DCL de 08.07.2015. Conforme consulta ao sistema MENTORH não foram identificados pagamento à ex-servidora.
3854/2011	1000940/2010	Edite de Jesus	ILEGAL. Decisões nºs 4631/2014 e 1565/2015. Portaria-DRH nº 188, de 21.09.2010, publicada no DCL de 22.09.2010, anulada pela Portaria -DRH nº 363, de 29.10.2014, publicada no DCL de 30.10.2014.
1053/2011	1000921/2010	Fernando Tolentino de Sousa Vieira	Cor. Posterior Decisão nº 5834/2012. Em atenção ao item II o demonstrativo de tempo de serviço foi refeito, porém, considerou-se desta feita, para fins de ATS, o período em que o servidor trabalhou no Instituto de Urbanismo e Administração Municipal – IURAM, Fundação Pública pertencente à Administração Indireta do Estado da Bahia e criada pela lei Local nº 2.321/1966 e não contabilizado para esse fim no mapa de tempo de serviço analisado pelo Tribunal. O aludido tempo (4/8/1972 a 16/12/1974 – 865 dias) resultou no acréscimo de 2% ao ATS de 27%

¹ As folhas aqui mencionadas referem-se aos respectivos processos CLDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

			considerado pelo TCDF como correto, culminando no total de 29%, conforme Portaria-DRH nº 237/2008 – DCL de 13/10/2008.
279/2004	1001276/2003	Gui Gerson do Canto Brum	Cor. Posterior Decisão nº 6072/2012. Em atenção ao item II foi juntada aos autos da aposentadoria a certidão de tempo de serviço determinada pelo Tribunal.
41756/2007	1000607/2004	João Avelino Saraiva	Cor. Posterior Decisão nº 1313/2011. Item II cumprindo, conforme Portaria – DRH nº 118, de 26.04.2011, publicada no DCL de 27.04.2011.
4338/2011	1000960/2010	José Teles de Albuquerque	Ilegal. Decisão nº 309/2015. Tendo em vista a ilegalidade do ato de aposentadoria declarado pelo item I, o mesmo foi tornado sem efeito pela Portaria-DRH nº 153/2015, DLC nº 66. Anteriormente à nulidade, o servidor foi a óbito, tendo o TCDF considerado regular a pensão instituída, conforme Decisão 1172/2016.
3714/2011	1000999/2010	Maria das Graças Sousa Cruz	Ilegal. Decisões nºs 2127/2014 e 5988/2014. Portaria-DRH nº 235, de 07.10.2010, publicada no DCL de 08.10.2010, foi anulada pela Portaria - DRH nº 216, de 18.07.2014, publicada no DCL de 22.07.2014. Servidora encontra-se atualmente lotada na Diretoria de Administração e Finanças, conforme cópia do contracheque.
18392/2008	1001311/2007	Maria Stela Melo Sakon	Cor. Posterior Decisão nº 608/2011. Em atenção ao item II foi elaborado novo Mapa de Tempo de Serviço e Abono Provisório, refletindo o direito a 28% de ATS.
42213/2007	1001245/2007	Reinaldo Andrade Mendes	Cor. Posterior Decisão nº 1898/2011. Não foi juntado aos autos novo abono fruto do cumprimento da recomendação do TCDF. Os proventos foram ajustados de 80% para 95% da remuneração.
4001/2011	1000867/2010	Valmir Ramos Vieira da Costa	Ilegal Decisão nº 3797/2014. Tendo em conta a declaração, pelo TCDF, da ilegalidade da aposentadoria, o ato respectivo foi anulado em 25/09/2014, conforme Portaria-DRH nº 313/2014. Servidor encontra-se em atividade.
5709/2011	1000962/2010	Célia Gomes Machado	Cor. Posterior Decisão nº 257/2015. Em atenção ao item III o mapa de tempo de serviço foi retificado, mediante a exclusão de 1396 dias, inicialmente computados como insalubres, bem como tornada sem efeito a peça anterior.

Logo, pode o Tribunal acolher as ponderações da unidade instrutiva e considerar cumpridas as decisões mencionadas no quadro acima.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

II – Aspectos financeiros das concessões apreciadas à luz do item I da Decisão n.º 77/2007 e regularidade de pagamentos de parcelas remuneratórias a servidores inativos e pensionistas

A Sefipe/TCDF registra que a CLDF, excetuando-se situações pontuais, vem observando a legislação de regência, no que se refere à confecção da folha de pagamento relativamente às remunerações/estipêndios de seus servidores inativos e pensionistas, conforme o quadro a seguir:

Quadro II – Decisão nº 77/2007 e Remuneração Atual

Processo TCDF	Processo CLDF nº	Interessado	Ocorrência ²
6006/2015	1000848/2013	Adelina Pereira do Amaral e outros Instituidor: Roberto Batista dos Santos	Decisão nº 1519/2015. Decisão 77/07: Ausência de Título de Pensão. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK. Rem. Atual: Pagamento correto, observando adequada atualização do benefício pelo índice do RGPS.
29522/2006	1000353/2006	Alexandre Lopes Fernandes	Decisão nº 2188/2013. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais Ok.
18287/2015	1001453/2015	Aloisio Antônio de Meneses Evaristo	Decisão nº 1391/2016. Decisão 77/07: Ausência do Abono provisório. Demonstrativo do SIRAC. OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
18295/2015	1003322/1999	Ana Maria Sampaio	Decisão nº 3564/2015. Decisão 77/07: Ausência do Abono provisório. Demonstrativo do SIRAC. OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
42124/2007	1001937/2003	Ana Maria Vasconcelos Dagnino Falcão	Decisão nº 1646/2013. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais Ok.
3927/2011	1001223/2003	Ângela Maria Simão Aun	Decisão nº 4351/2013. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
1243/2008	1001325/2007	Carlos Eduardo de Souza Brettas	Decisão nº 5332/2012. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
36835/2010	1000793/2010	Carlos Henrique Lelis Ferreira	Decisão nº 1626/2015. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
24180/2015	1001244/2007	Carlos Roberto de Souza	Decisão nº 4546/2016. Decisão 77/07: Ausência de Abono Provisório. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK
4346/2011	1000964/2010	Celia Regina Cal Auad	Decisão nº 4858/2012. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK
17434/2015	1001115/2010	Cesário Gaspar	Decisão nº 3725/2015. Decisão 77/07: Ausência de Abono Provisório. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK Rem. Atual: Proventos atuais OK
5725/2011	1000970/2010	Chrissoula Theophane Pappas	Decisão nº 6447/2012. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK

² As folhas aqui mencionadas referem-se aos respectivos processos CLDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

3546/2015	1001085/2013	Donalva Caixeta Marinho	Decisão nº 2337/2015. Renúncia de aposentadoria. Portaria - DRH nº 1, de 06.01.2014, publicada no DCL de 07.01.14 tornada sem efeito pela Portaria - DRH Nº 298, de 06.07.2015, publicada no DCL de 08.07.2015. Rem. Atual: Não foi identificado pagamento à ex-servidora.
3854/2011	1000940/2010	Edite de Jesus	Decisões nºs 4631/2014 e 1565/2015. Ato declarado nulo. Rem. Atual. OK
919/2015	1002590/1995	Elisabeth Wanderley Nobrega	Decisão nº 1031/2015. Renúncia à aposentadoria. Rem. Atual: Não foram identificados pagamentos efetuados à ex-servidora.
1053/2011	1000921/2010	Fernando Tolentino de Sousa Vieira	Decisão nº 5834/2012. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
5628/2011	1001015/2010	Geralda Aparecida Alves Rabelo	Decisão nº 6043/2012. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
279/2004	1001276/2003	Gui Gerson do Canto Brum	Decisão nº 6072/2012. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
9402/2011³	1000907/2010	Hélio Lourenço de Araújo	Decisão nº 2875/2015. Processo sobrestado até a decisão, com trânsito em julgado, da Ação nº 2014.01.1.094097-3. Decisão 77/07: Pendente de registro. Rem. Atual: Pendente de registro.
3035/2004	1000179/2004	Itamar Alves Barbosa	Decisão nº 3367/2015. Negado o direito de percepção de aposentadoria na CLDF acumuladamente com a que lhe fora concedida pelo Senado Federal. Decisão 77/07 e Rem. Atual: Perda de objeto, uma vez que o ex-servidor faleceu em 03.11.2011 e não instituiu pensão, conforme consulta ao sistema MENTORH.
41756/2007	100607/2004	João Avelino Saraiva	Decisão nº 1313/2011. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK
4338/2011	1000960/2010	José Teles de Albuquerque	Decisão nº 309/2015. Tendo em vista a ilegalidade do ato de aposentadoria declarado pelo item I, o mesmo foi tornado sem efeito pela Portaria-DRH nº 153/2015, DLC nº 66. Anteriormente à nulidade, o servidor foi a óbito, tendo o TCDF considerado regular a pensão instituída, conforme Decisão 1172/2016.
11380/2015	1001068/2013	Leila Fernandes de Albuquerque e outros Instituidor: José Teles de Albuquerque	Decisão nº 1172/2016. Título de Pensão: Ausência de Título de Pensão. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
528/2002	1000302/2002	Leila Maria Pereira Instituidor: Paulo João Barros Pereira	Decisões nº 1493/2004 e 3610/2011. A regularidade dos proventos está “sub-judice” e obedecerá ao que vier a ser decidido na ADIn nº 2.135-4, cujo trânsito em julgado ainda não ocorreu.

³ Processo incluído equivocadamente em Nota de Auditoria. Processo sobrestado sem decisão de mérito a respeito da regularidade de seu registro. Eventual análise ocorrerá em procedimento de fiscalização futuro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

16343/2009	1000480/2009	Luzia Galdino de Carvalho	Decisão nº 4530/2014. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
41004/2007	1001483/2003	Maria Aucelia Ananias de Oliveira	Decisão nº 3456/2013. Decisão 77/07: Abono OK. Erro material no mapa de incorporação de quintos, em particular no registro pertinente ao tempo exercido no cargo GP-03 c/Gal. (onde se lê 21/01/1991, deveria constar 21/01/1992). Porém sem reflexo nos proventos pagos. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
4370/2011	1000225/2010	Maria Conçuelo de Oliveira	Decisão nº 709/2016. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
34520/2014	1000779/2014	Maria do Carmo Silva Ribeiro Instituidor: Jeferson Francisco Ribeiro	Decisão nº 1384/2016. Decisão 77/07: Ausência de Título de Pensão. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
32590/2008	1000839/2008	Maria Helena Nogueira dos Santos	Decisão nº 54/2011. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
37696/2010	1000848/2010	Maria Lourdes de Paula	Decisão nº 3517/2013. Decisão 77/07: Ausência de Título de Pensão. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
38498/2010	1000823/2010	Maria Lucineide Martins	Decisão nº 2165/2013. Decisão 77/07: Ausência de Abono. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
12033/2015	100531/2014	Maria Monica e Silva	Decisão nº 3028/2015. Decisão 77/07: Ausência de Abono Provisório. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK
3137/2011	1000900/2010	Maria Mônica Facó Ventura	Decisão nº 4439/2013. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
18392/2008	101311/2007	Maria Stela Melo Sakon	Decisão nº 608/2011. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
15840/2011	1000842/2003	Regina Maria de Souza	Decisão nº 3914/2013. Decisão 77/07: Consta erro material no abono. O valor do ATS (24%) foi lançado a maior, porém sem reflexo nos proventos pagos. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
42213/2007	1001245/2007	Reinaldo Andrade Mendes	Decisão nº 1898/2011. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
36703/2010	1000905/2010	Sérgio Kempers de Moraes Abreu	Decisão nº 5340/2012. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
37290/2008	1001000/2008	Silas Corrêa de Castilho	Decisão nº 4299/2015. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK. (Servidor não vem recebendo pela CLDF, em face da opção feita)
22382/2006	1000412/2006	Teresinha de Sousa Morais	Decisão nº 4942/2011. Processo incluso por equívoco na amostra. Não há nos autos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

		Instituidor: José Rocha de Moraes	deliberação nos moldes da Decisão nº 77/2007.
42159/2007	1001224/2003	Vera Lúcia da Silva	Decisão nº 1041/2013 . Decisão 77/07: Abono com erro material. O valor do ATS (29%) foi lançado a menor, porém sem reflexo nos proventos pagos. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
31038/2008	100347/2008	Vilmar Rosa de Freitas	Decisão nº 6037/2012 . Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.
3781/2011	1000925/2010	Wilson Carlos Jardim Vieira	Decisão nº 5836/2012 . Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK.

Assim, a unidade instrutiva tem por releváveis erros materiais apontados no quadro acima e deixa de propor quaisquer medidas corretivas. Coaduna-se com tal posicionamento.

III – Pagamentos irregulares a servidores/pensionistas

Nesse tópico evidenciam-se as incorreções verificadas pela auditoria, conforme detalhado no quadro abaixo:

Quadro III – Irregularidades Identificadas

Processo TCDF	Processo CLDF	Interessado	Ocorrência
9372/2011	1001149/2010	Ângela Maria Vilas Bôas	Decisão nº 529/2015 . Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto os cálculos de incorporação de décimos, a menor.
1061/2011	1000824/2010	Benjamim Fernandes Lustosa	Decisão nº 5189/2012 . Decisão 77/07: Abono OK, exceto ATS. Rem. Atual: Pagamento atual sendo realizado no padrão 18, quando o correto seria no padrão 17. Erro no ATS, pagamento de 21% quando o correto é 22%.
5709/2011	1000962/2010	Célia Gomes Machado	Decisão nº 257/2015 . Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto em relação ao valor da incorporação, com fulcro na Lei 1.004/1996, de 8/10 do DF-06 cujos cálculos estão sendo em desfavor da servidora em R\$ 61,44.
11290/2015	1000736/2014	Eloisa e Eliane Ferreira de Sousa Instituidor: Elias de Sousa	Decisão nº 2476/2015 . Decisão 77/07: Ausência de Título de Pensão. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK. Rem. Atual: Proventos atuais de Eliane Ferreira de Sousa (filha e atualmente única pensionista), atualizados a menor em R\$ 479,49 à vista do que dispõe a EC 70/2012.
31971/2014	792/2010	Francisco de Assis Machado Nóbrega	Decisão nº 816/2015 . Decisão 77/07: Ausência de Abono Provisório. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK. Rem. Atual: Pagamento atual sendo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

			realizado no padrão 61, quando o correto é no padrão 60.
2078/2015	1000208/2014	Guiomar Pimentel da Silva Azevedo Instituidor: Jerônimo da Cruz Azevedo	Decisão nº 1189/2015. Decisão 77/07: Ausência de Título de Pensão. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK. Rem. Atual: Estipêndios pensionais deveriam estar sendo pagos no montante de R\$ 12.327,58, ao invés de R\$ 11.417,87 (Paridade pela EC nº 70/2012).
13070/2010	1001921/2009	Ivaldo Fontenele Magalhães	Decisão nº 1044/2013. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Pagamento atual sendo realizado no padrão 59, quando o correto é no padrão 57.
27089/2010	1001578/2009	Jonas de Melo Souza	Decisão nº 1930/2015. Decisão 77/07: Abono OK. Rem. Atual: Pagamento atual deveria ser de R\$ 9.611,93, ao invés de R\$ 7.229,28 (Reajuste pelo índice do RGPS).
13692/2015	1000004/2013	Luciana Mendes Lacerda	Decisão nº 341/2016. Decisão 77/07: Ausência de Abono Provisório. Demonstrativo de Proventos do SIRAC. Incorporação de décimos incorretos. Foram incorporados 5/10 do CL-13, quando o correto seriam 2/10 do DF-05 e 3/10 do CL-13. O erro aqui apontado é anterior à aposentação da servidora, tendo origem na atividade. Rem. Atual: Proventos atuais OK, exceto em relação a verba pertinente à incorporação, cujos valores pagos estão superiores ao devido.
14516/2015	1000846/2013	Luzia Paniago de Miranda Instituidor: Wagner Jorge de Miranda	Decisão nº 2961/2015. Decisão 77/07: Ausência de Título de Pensão. Demonstrativo de Proventos do SIRAC OK, exceto a parcela "Décimos". Rem. Atual: Pagamento atual errado, tendo em vista a inclusão de valor indevido na parcela "Décimos".
6912/2010	1001916/2009	Maria Pereira Marques de Sousa Instituidor: Antônio Marques de Sousa	Decisão nº 6293/2012. Decisão 77/07: Título de Pensão OK. Rem. Atual: Estipêndios pensionais apresenta erro no valor atual, o qual não foi corretamente corrigido pelos índices do RGPS. O valor correto para cada um dos pensionistas é R\$ 3.250,12 em vez de R\$ 3.352,30, o que enseja determinação para correção.
29396/2011	1000456/2011	Roberto Rodrigues da Silva	Decisão nº 4926/2012. Decisão 77/07: Abono juntado não corresponde a da situação verificada na data de vigência da aposentadoria por invalidez (07/2009). O servidor aposentou no padrão C37. Assim, com base na Lei 4342/2009, art. 31, par. único deveria estar no padrão C40 e não no C41 como verificado. Rem. Atual: Proventos atuais pagos com base no padrão C41 em lugar do C40.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Dessa forma, a Sefipe deste Tribunal tem por necessário que a CLDF *“adote, no prazo de 90 dias, providências no sentido de revisar os apontamentos objeto do presente achado, procedendo, conforme o caso, a regularização pertinente, observando o direito de defesa dos interessados, dando conhecimento à Corte de Contas dos resultados alcançados”*.

A unidade instrutiva considera, ainda, se necessário, determinar à jurisdicionada que *“aperfeiçoe os controles internos afetos aos procedimentos de atualização financeira dos proventos e estipêndios sujeitos às regras de atualização pelo RGPS e dos estipêndios atualizados pela paridade, bem como que reveja a situação atual dos servidores inativos e pensionistas sujeitos às regras antes indicadas vez que as falhas identificadas denotam problema de natureza sistêmica”*.

Concorda-se, nesse ponto, com a avaliação feita pela Sefipe/TCDF. Advirta-se, inclusive, que a própria auditada informa que já está adotando medidas necessárias para a correção das irregularidades verificadas.

IV – Não aplicação do teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da CF, na remuneração-base utilizada nos cálculos da conversão em pecúnia da Licença-Prêmio por Assiduidade

Afirma a Sefipe/TCDF que a jurisdicionada vinha adotando o procedimento de autorizar o pagamento da conversão em pecúnia da licença-prêmio sem observância na remuneração-base do teto remuneratório, fato que gerou considerável prejuízo ao erário. Assim, propõe ao Tribunal:

“(...) determinar à CLDF que adote, no prazo de 90 dias, providências junto aos servidores inativos, pensionista/beneficiário e servidores exonerados que tenham recebido valores resultantes da conversão em pecúnia da licença-prêmio por assiduidade sem observância, na fixação da remuneração-base, do teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da CF, no sentido de se ressarcir da diferença paga a maior, observado o direito de defesa, nos moldes preconizados no item VII da Decisão TCDF nº 3520/2015, sem prejuízo de futura conversão dos autos em TCE com vista a eventual imputação solidária dos débitos remanescentes aos servidores indicados no § 78 deste Relatório.

101. *Adicionalmente pugna-se, à vista do art. 57, II da LOTCDF, pela audiência dos servidores indicados acima, ante a possibilidade de aplicação de multa por concorrerem, por ação ou omissão, na prática de ato com grave infração à norma legal, objeto do presente achado de auditoria.*

102. *Sem prejuízo, ainda, das medidas antes indicadas, tem-se por pertinente sugerir que a Corte de Contas considere o presente achado como resultado de prática de ato de gestão ilegal, para os fins indicados no art. 17, III, “b” da LOTCDF, devendo ser considerado quando do julgamento das contas da Casa legislativa alusivas aos exercícios de 2015 e 2016. Deixa-se de incluir o exercício de 2014, posto que já apreciado em caráter definitivo pelo TCDF, consoante Decisão 4333/2016 (DODF 14/09/2016), e por não*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

ter o Corpo Técnico competência para apresentar eventual recurso de revisão. ”

A jurisdicionada ponderou que, assim que tomou conhecimento do novel entendimento do TCDF sobre o tema, exarado na Decisão n.º 3.520/2015, *“emitiu despacho salientando a necessidade de imediata adoção do que decidido pelo Tribunal”*, fato que, em sua visão, demonstra *“respeito e acatamento às decisões da Corte de Contas”*.

Manifestando-se a respeito da resposta ofertada pela CLDF, a unidade instrutiva salienta que suas conclusões basearam-se no fato de que os servidores responsáveis pelo pagamento irregular não se atentaram para o posicionamento adotado pelo STF a respeito do tema, apegando-se a precedentes isolados do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Pois bem. A matéria não é nova. De fato, o Tribunal já decidiu por diversas vezes a respeito de tal questão, sempre mantendo o entendimento de que a conversão da licença-prêmio em pecúnia deve observar o teto remuneratório na remuneração-base que propicia o cálculo da indenização. Ademais, as diversas decisões emanadas do STF demonstravam clarividência no caminho a ser trilhado pela jurisdicionada. Assim, incontestes que os valores pagos indevidamente aos servidores devem ser ressarcidos ao erário.

No que tange à responsabilização dos servidores da CLDF que autorizaram o pagamento, no entanto, entende-se desnecessária.

Primeiro, porque essa não tem sido a prática corrente desta Corte de Contas, quando determina a correção de valores pagos em decorrência de licença-prêmio convertida em pecúnia, conforme evidencia a Decisão n.º 3.520/2015, adotada no Processo n.º 21.542/2014, desta relatoria.

Segundo, porque o ressarcimento ao erário recoloca a situação jurídica em seu adequado patamar, não se revelando lesão sobressalente ao erário que tal medida não possa equacionar.

Terceiro, porque, ainda que os fatos revelem condenável descuido por parte dos servidores da CLDF que autorizaram o pagamento irregular da conversão em pecúnia da LPA, fato é que este Tribunal alterou o seu entendimento sobre o tema, o que deixa a anteveer possível equívoco interpretativo. Assim, considera-se que, malgrado o ressarcimento ao erário dos valores recebidos indevidamente seja medida inafastável, a responsabilização dos servidores da CLDF pode ser dispensada.

V – Concessão, sem lei autorizativa e em descumprimento da LRF, de progressão funcional a servidores que aderiram a plano de aposentadoria voluntária

A questão atinente a esse tópico está assim desenhada pela Sefipe/TCDF:

“(…)

133. Em que pese os regramentos legais e constitucionais antes referidos, a CLDF por meio das Resoluções nºs 229, de 28 de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

setembro de 2007, art. 16, (e-doc E19A0382) e 245, de 29 de junho de 2010, art. 3º, (e-doc 5687C286) e a pretexto de incentivar a aposentadoria voluntária, e assim, juntamente com outras medidas, reduzir gastos com pessoal em face das imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, concedeu aos servidores aptos à obtenção de aposentadoria voluntária e que a requeressem nos prazos fixados nas citadas Resoluções, as seguintes progressões funcionais [erroneamente denominadas de promoção, a teor do disposto nos arts 8º da Lei nº 8.112/1990 e art. 3º, V, XIV e XVI da Lei nº 4.342/2009]:

- “promoção de três padrões na carreira” (Res. 229/2007, art. 16, III) – em 2007;
- “promoção de três padrões na carreira”, acrescidos de “avanço de mais três padrões na carreira...” (Res. 245/2010, art. 3º) – em 2010.

134. De notar que, uma vez reposicionado na carreira, o servidor foi então aposentado.

135. Assim, considerando que o reposicionamento na tabela remuneratória dos servidores beneficiados pelas Resoluções mencionadas se deu sem cumprimento de requisitos aplicáveis às progressões por merecimento ou antiguidade; considerando que o ato administrativo em questão culminou, no plano fático, na majoração de remuneração; e por fim, considerando que o desenvolvimento na carreira e a fixação ou alteração de remuneração requerem, respectivamente, a teor do parágrafo único do art. 10 da Lei 8.112/1990, bem, ainda, do art. 37, X, da CF, com a redação dada pela EC 19/1998, lei específica, tem-se por irregulares, inclusive passíveis de nulidade, as concessões indicadas no § 134 deste Relatório.

136. Adicionalmente, e independentemente do antes colocado, constatou-se que as concessões objetos do presente achado de auditoria, foram realizadas em descumprimento ao disposto nos arts. 169 da CF e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), pelos motivos a seguir explanados.

(...)

143. No que tange à Resolução 245/2010, cuja “justificação” indicava a necessidade de redução dos gastos de pessoal (e-doc 5C274CBA), cabe notar que a Corte de Contas ao apreciar os Relatórios de Gestão Fiscal produzidos pela CLDF pertinentes aos 2º e 3º quadrimestres de 2009 e 1º quadrimestre/2010, emitiu alertas à CLDF (Decisões 7782/2009, 1012/2010 e 4457/2010) informando, respectivamente, que os limites de alerta (90%), prudencial (95%) e total (100%) já haviam sido ultrapassados. Em razão da inobservância aos limites prudencial e total, a Corte de Contas alertou, ainda, a CLDF sobre as vedações contidas no art. 22 da LRF e posteriormente, determinou o cumprimento das medidas previstas no art. 23 da mesma norma fiscal.

144. Como se depreende do antes colocado, a aplicação das disposições do art. 22 da LRF deveriam ter sido observadas pela CLDF desde janeiro de 2010 e mantidas ao longo do 2º e 3º quadrimestres/2010, por força do art. 23 da mesma norma.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

145. Portanto, a CLDF ao conceder vantagem remuneratória (progressão funcional a título de incentivo, com consequente majoração de remuneração) aos servidores que optaram por se aposentar voluntariamente nas condições prescritas nas Resoluções já mencionadas violou a vedação contida no art. 22, I, da LRF, aplicável por força do art. 23 da mesma norma, mesmo ciente de ter ultrapassado no quadrimestre anterior, o limite total imposto pelo art. 20 da LRF.

146. Concluindo o presente achado, tem-se à vista dos apontamentos apresentados – falta de previsão legal e descumprimento do art. 22, I, da LRF – que as concessões objeto dos arts. 16 e 3º, respectivamente, das Resoluções nºs 229/2007 e 245/2010, são irregulares e passíveis de nulidade por flagrante inobservância às normas constitucionais e legais mencionadas no presente tópico.

147. Registra-se por fim, que as despesas complementares resultantes dos benefícios aqui tratados não se confundem com gastos com incentivos à demissão voluntária a que se refere o art. 19, §1º, inciso II da LRF, até porque a aposentadoria não resulta em desoneração do Estado.

(...)

151. Além das ilegalidades já apontadas, tem-se como efeito nocivo o aumento das despesas previdenciárias do GDF como um todo, em razão do “incentivo” concedido pelas mencionadas Resoluções, além da oneração, indevida, dos limites da LRF aplicáveis ao Poder Executivo Local, vez que lhe coube custear com os recursos da contribuição previdenciária de seus servidores e/ou outros diretamente arrecadados, os efeitos financeiros das concessões em tela, na medida em que ampliaram o já existente déficit resultante da diferença entre o que se arrecada junto aos servidores ativos, inativos e pensionistas da CLDF e o que se gasta efetivamente com as aposentadorias e pensões daquela Casa Legislativa, afirmação essa retratada nos respectivos Relatórios de Gestão Fiscal.

152. Por conseguinte, os servidores beneficiados com os atos inquinados (e-doc 8CAE1633), estão auferindo proventos em valores superiores àqueles que lhes seriam ordinariamente devidos, ainda que se reconheça que a antecipação da aposentadoria tenha sido motivada pelas vantagens pecuniárias oferecidas pela CLDF.

2.3.1.2.5 Proposições

153. Pugna-se pela expedição de determinação à CLDF, com fulcro no art. 45 da LOTCDF, no sentido de que adote medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, mediante a declaração de nulidade dos benefícios concedidos com base nos arts. 16 e 3º, respectivamente, das Resoluções 229/2007 e 245/2010, em face da inobservância da reserva legal preconizada nos arts. 10, parágrafo único da Lei 8.112/1990, aplicável ao DF à época por força da Lei 197/1991, e 37, X, da CF, bem ainda, em razão da vedação prevista no art. 22, I, da LRF, aplicável em face do art. 23 da mesma norma, tendo em vista a extrapolação pela Câmara, nos quadrimestres



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

anteriores à expedição das citadas Resoluções, do limite total da despesa com pessoal preconizado no art. 20 da mesma norma fiscal, fato confirmado por esta Corte de Contas, pelas Decisões nºs 6281/2007 e 4457/2010.

154. *Adicionalmente, entende-se pertinente noticiar os fatos aqui tratados ao Chefe do Poder Executivo local, bem como ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com vista a adoção de medidas afetas às respectivas áreas de atuação, considerando, inclusive, o fato de que as contas anuais alusivas aos exercícios de 2007 e 2010 da CLDF já terem sido julgadas em caráter definitivo, consoante Decisões 6345/2010 (DODF 13/12/2010) e 5935/2012 (DODF 26/11/2012).*

155. *Salienta-se que o Corpo Técnico não tem competência para apresentar eventual recurso de revisão.”*

Diante da complexidade do tema, houve-se por bem conhecer a posição da Semag/TCDF (Despacho Singular n.º 688/17-GCIM – e-DOC 44C715D6-e – peça 58), notadamente a respeito do possível descumprimento da LRF, em virtude das medidas adotadas pela CLDF. Eis a manifestação daquela unidade instrutiva:

“(…)

3. Preliminarmente, de se registrar que a manifestação desta unidade técnica ficará circunscrita aos aspectos atinentes ao descumprimento dos arts. 22 e 23 da LC nº 101/00 (LRF), conforme apontamentos do Relatório de Auditoria em evidência, haja vista que a competência para a análise da legalidade dos atos de concessão de aposentadoria objeto da Auditoria encontra-se na órbita da Secretaria de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE.

4. Conforme visto na transcrição do subitem 2.3.1.2 do Relatório, os signatários aduzem que teria havido concessão de progressão funcional sem lei autorizativa a servidores que aderiram a plano de aposentadoria voluntária à época; ainda, que tais progressões teriam sido concedidas ao arrepio das disposições dos arts. 22 e 23 da Lei Fiscal.

5. Primeiramente, é bom que se diga que a concessão das progressões funcionais, realizadas apenas em relação à parcela de servidores que aderiu ao plano de aposentadoria voluntária implementado pela CLDF, não se deve confundir com a concessão de reajuste remuneratório para toda a categoria de servidores daquela Casa Legislativa. Esse aspecto é relevante para o perfeito entendimento se houve, ou não, malferimento aos dispositivos da Lei Fiscal em relação ao aumento de despesa que foi praticado.

6. Nesse particular, a concessão de progressão funcional a servidores públicos, independentemente de estarem aderindo, ou não, a plano de aposentadoria voluntária, deve estar prevista em lei e os beneficiários devem cumprir os requisitos legais de regência, conforme bem lançado no Relatório de Auditoria em comento.

7. Fazendo uma ponte para as disposições do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, encontramos entre as exceções para a prática de atos que resultem aumento da despesa de pessoal,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

exatamente aqueles atos que resultam de determinação legal, como são as progressões funcionais e também a concessão do chamado adicional por tempo de serviço - ATS. Ou seja, estando tais benefícios previstos em lei própria, resta ao gestor implementar a aplicação da lei em exigência aos que se encontrarem aptos, não importando se o Poder ou órgão se contra com suas despesas de pessoal em situação de extrapolação dos limites próprios de gasto definidos na mesma Lei Fiscal.

8. Então, caso os servidores da CLDF que estavam aptos a se aposentarem naquela oportunidade fizessem jus à progressão funcional prevista em lei própria, o gestor não poderia negar tal progressão, mesmo estando com as despesas de pessoal além do limite máximo. Em caso tal, extrapolado o limite de gasto próprio, por óbvio que haveria de implementar as medidas previstas na LRF, a teor do seu art. 23, e também na Constituição Federal, art. 169, para retornar à situação de normalidade do correspondente limite de gasto.

9. Portanto, a situação de extrapolação do limite da despesa de pessoal não impede a prática de atos que resultem aumento desses gastos, desde que praticados em cumprimento a determinação legal ou de decisão judicial. Nesse sentido, inclusive, já decidiu este Tribunal de Contas em sede de Consulta, conforme consta da Decisão nº 1.111/15, in verbis:

DECISÃO Nº 1.111/2015

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] II – no mérito, responder à consulente que, nas situações de extrapolação do limite prudencial de gasto com pessoal definido no parágrafo único do art. 22 da LC nº 101/00 (LRF), ou da ultrapassagem do limite máximo (art. 20 da LRF), devem ser aplicadas todas as restrições insculpidas nos incisos I, II, III, IV e V do referido parágrafo único, a saber: 1) somente pode ser praticado ato de que resulte aumento de despesa de pessoal quando derivado de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, além do decorrente do disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal; [...]”

10. Em sendo dessa maneira, em o servidor público preenchendo as condições para concessão de algum benefício pessoal, a exemplo do adicional por tempo de serviço, ou de progressão funcional, não pode ser impedido de que integre desde logo seu patrimônio pessoal, sob alegação de proibição do art. 22 da LRF.

11. Entretanto, à luz das evidências apresentadas no dito Relatório de Auditoria, o que houve, de fato, foi a concessão de progressão funcional a determinados servidores sem que esses preenchessem os requisitos presentes na legislação de regência, mormente a Lei nº 4.342/09. Esse fato, por si só, esvazia a discussão de que teria havido descumprimento aos dispositivos da LRF em comento.

12. Desse modo, lamentando divergir da posição daquele outro órgão técnico, entende-se que, neste caso concreto, não há que se falar em descumprimento dos arts. 22 e 23 da LRF, senão vejamos: em tendo sido as concessões das progressões funcionais realizadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

em conformidade com a lei regente, no caso a Lei nº 4.342/09, tais atos terão sido praticados em cumprimento a determinação legal, encontrando amparo no inciso I do art. 22 da Lei Fiscal; de outra, caso tenham sido realizadas concessões de progressão funcional ao arrepio da lei própria, aquela que tratava do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da CLDF à época, tais concessões são consideradas nulas de pleno direito e, portanto, não subsistirão à etapa seguinte de confronto com os arts. 22 e 23 da LRF.”

Passe-se ao exame. Depreende-se que a possível irregularidade originária da avaliação da Sefipe/TCDF ancora-se em dois pressupostos:

- a concessão de padrões aos servidores, beneficiados pelas resoluções da CLDF, com majoração remuneratória, sem lei específica, viola o princípio da reserva legal, previsto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal;
- a concessão de padrões foi realizada em descumprimento ao disposto no artigo 169 da Constituição Federal, bem como nos artigos 20 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000).

De fato, o artigo 37, inciso X⁴, da Constituição, impõe que a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica. Todavia, esse dispositivo constitucional refere-se à concessão de reajuste remuneratório para toda a categoria de servidores, o chamado reajuste geral, o que não ocorreu na hipótese, como bem deixou explicitado a Semag/TCDF⁵.

O que, em verdade, as resoluções da CLDF propiciaram foi a concessão de progressões funcionais, realizadas apenas em relação à parcela de servidores que aderiu ao plano de aposentadoria voluntária implementado no âmbito daquela jurisdição. Tanto que se colhe do artigo 1º da Resolução n.º 229/2007 a proibição, no período de 1º de outubro de 2007 a 30 de setembro de 2008, de qualquer aumento na despesa com pessoal. Seria um contrassenso admitir que se trata de um reajuste geral, portanto. Note-se que a Resolução n.º 245/2010 apenas altera dispositivos da anteriormente citada.

Se esse é o cenário, não há vedação legal ou constitucional para que a concessão de padrões seja efetivada por meio de resolução da CLDF, que, *in casu*, ganha força normativa de lei. Esse entendimento é originário, diga-se de passagem, da Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 12, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, que cuidava de resolução proveniente do Conselho Nacional de Justiça. Daqueles autos, em voto lançado na concessão de medida cautelar, pelo relator Min. Ayres Britto, extrai-se a lapidar lição, abaixo reproduzida:

“(…) o Estado-legislador é detentor de duas caracterizadas vontades normativas: uma é primária, outra é derivada. A vontade primária é

⁴ Constituição Federal. ‘Art. 37, inciso X: - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.”

⁵ Veja-se nesse sentido: Art. 37, inciso X, da CF (redação da EC 19, de 4-6-1998). Norma constitucional que impõe ao presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores da União, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1º, II, a, da CF. ADI 2.061, rel. min. Ilmar Galvão, j. 25-4-2001, P, DJ de 29-6-2001.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

assim designada por se seguir imediatamente à vontade da própria Constituição, sem outra base de validade que não seja a Constituição mesma. Já a segunda tipologia de vontade estatal-normativa, vontade tão-somente secundária, ela é assim chamada pelo fato de buscar o seu fundamento de validade em norma intercalar, ou seja, vontade que adota como esteio de validade um diploma jurídico já editado. (...) Pois bem, é de elementar conhecimento que o Magno Texto de 1988 fez da lei a expressão emblemática do ato normativo primário. Lei em sentido formal. (...) Acontece que as normas ditadas por essa lógica da mais abrangente irradiação sistêmica admitem contemporização. (...) Esta a razão pela qual a nossa Constituição, depois de fazer da lei o protótipo do ato normativo primário, e do Congresso Nacional o inequívoco editor dos diplomas da espécie, habilitou, não obstante, o Senado Federal a produzir sozinho atos normativos de igual hierarquia impositiva. (...) Nessa mesma toada é de se explicar a competência privativa que a Magna Carta conferiu aos tribunais judiciais para "(...) elaborar seus regimentos internos" (...) Fazendo de tais regimentos — é a minha leitura — um ato normativo ambivalentemente primário e secundário."

Observa-se, pois, que o STF entende que não somente a lei reflete o poder normativo do Estado, porquanto admite outros atos normativos primários, tais como as resoluções do Senado, resolução do CNJ, regimentos internos dos Tribunais, inclusive, no que apropriado, dos Tribunais de Contas. Por simetria constitucional, pois, é de se concluir que a CLDF detém a competência para expedir atos normativos primários, que podem inovar no ordenamento jurídico, independentemente da existência de anterior lei em sentido formal, tendo em vista que guardam compatibilidade com a vontade do legislador constituinte.

Se a realidade da questão é, de fato, esta, não há outro caminho a não ser considerar prejudicada a segunda hipótese de irregularidade levantada pela Sefipe/TCDF. Isso porque a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 22, parágrafo único, inciso I, dispõe que:

"Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição."

Assim, se, como demonstrado, as resoluções editadas pela CLDF têm força normativa primária, de se reconhecer a ocorrência da exceção determinada pelo artigo da lei acima citado. E mais. Parece um tanto ilógico considerar afronta à LRF um ato normativo que visa, exatamente, à redução das despesas com pessoal, como é a intenção das resoluções em comento.

Em suma, uma vez que a concessão de padrões foi efetivada com base no princípio da legalidade, portanto, em respeito aos ditames constitucionais, não há que falar, em consequência, de desrespeito à LRF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

VI – Pagamentos em desconformidade com o teto remuneratório

A Sefipe deste Tribunal se manifesta, inicialmente, quanto a esse ponto, no sentido de que a matéria em foco não estava prevista como objeto da auditoria. Todavia, salienta que tomou conhecimento de que um servidor comissionado acumulava o cargo de Secretário-Geral da CLDF com proventos de aposentadoria do TCU, motivo que a levou a verificar a regularidade desse pagamento.

Segundo a unidade instrutiva, em consulta ao portal da transparência do TCU foi constatado que o referido servidor recebe proventos daquele órgão até o limite remuneratório estabelecido no art. 37, inciso XI, da CF/88, porém, em consulta ao sistema MENTORH da CLDF, foi observado que a remuneração do cargo comissionado vem sendo paga sem a ocorrência de glosa na rubrica “Abate-Teto”.

Nada obstante, registra a Sefipe/TCDF que *“em face da expedição pela CLDF da Portaria nº 44/2017 vedando o pagamento de remuneração em valores superiores ao teto constitucional a seus servidores, em especial nos casos de acumulação de remuneração, medida essa alinhada com o decido pela Corte de Contas nas Decisões Administrativas nºs 4/2015 e 17/2015, bem como nas Decisões nºs 3.034/2014, 5.732/2014 e 5.943/2015, deixa-se de propor medidas adicionais, no que tange ao corpo funcional daquela Casa”*.

No entanto, apesar da edição da Portaria n.º 44/2017, o Presidente da CLDF enviou ao TCDF o Ofício n.º 45/2017 – GP (e-DOC A6322EFE-c – peça 44), no qual questiona sobre a obrigatoriedade de aplicação do teto remuneratório, previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988 a agentes políticos.

Posteriormente, a CLDF enviou a esta Corte outro Ofício (n.º 116/2017-GP – e-DOC FC66F260-c – peça 54), dando conta de decisão havida no STF, em sede de repercussão geral (RE 602043 e RE 612975), no qual a Corte Suprema entendeu que nos *“casos autorizados de acumulações de cargos, empregos e funções, a incidência do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público”*. Assim, requer ao Tribunal que verifique *“a possibilidade de quando da apreciação da consulta, aplicar o entendimento do STF, haja vista que, nesta CLDF, além de alguns parlamentares perceberem proventos de aposentadorias, há também servidores que recebem de proventos de aposentadoria e ocupam cargos comissionados de livre provimento”*.

A seguir, a Sefipe/TCDF se manifesta novamente, nos seguintes termos (e-DOC 6462A90C-e – peça 55):

5. *Estando os autos já submetidos a apreciação do Parquet especializado, deu entrada nesta Corte o Ofício 116/2017-GP (eDoc FC66F260-c).*

6. *No referido expediente, a CLDF consulta esta Corte sobre o impacto que as deliberações do Colendo STF, proferidas em sede de repercussão geral nos RE 602043 e 612975, teriam sobre a matéria tratada nos autos.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

7. *De fato, segundo considerou por maioria o Pretório Excelso, em caso de acumulação lícita de cargos, o teto constitucional deve ser considerado em relação a cada uma das remunerações, e não à soma delas.*

8. *Nessas condições, o que de plano se afigura incontestado é que, para as hipóteses autorizadas no art. 37, XVI, da CF, o teto remuneratório deve ser aplicado a cada um dos cargos de forma isolada. Para as situações existentes na CLDF, abarcadas por esse dispositivo (seja em acumulação de vencimentos com vencimentos, proventos com vencimentos ou proventos com proventos), pode-se aplicar desde logo o entendimento consolidado pelo STF, ora comentado.*

9. *Nada obstante, a nosso ver, o exaustivo debate da matéria – aí se incluindo a aplicação de teto remuneratório para detentores de proventos ou estipêndios pensionais em cumulação com cargo de livre provimento ou cargo eletivo, vencimentos de cargo efetivo com os de cargo eletivo ou em comissão, proventos de aposentadoria com vencimentos de cargo não acumulável, cujo ingresso tenha ocorrido até dezembro de 1998 – deve ocorrer em sede de estudos, a serem conduzidos em processo específico por esta SEFIPE.*

10. *No bojo desses estudos, cujo processamento deve ser previamente autorizado pelo Tribunal, deve-se cotejar a legislação de regência (v.g. arts. 37, § 10, e 38 da CF; art. 11 da EC 20/98; legislação infraconstitucional), as decisões do Tribunal sobre a matéria, bem assim as razões de decidir dos recursos extraordinários antes mencionados.*

Entende-se pertinente a sugestão da Sefipe/TCDF. De fato, o STF decidiu no RE 612975 que “nas situações jurídicas em que a Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido”.

Assim, o Tribunal pode, conforme solicitado pela unidade instrutiva, informar à CLDF que o teto remuneratório dos servidores que acumulam cargos com amparo no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, deverá ser considerado em cada cargo isoladamente.

Quanto às demais possibilidades que podem decorrer da decisão do STF, realmente parece ser de bom alvitre que o Tribunal autorize a constituição de autos apartados para a realização de estudos especiais relativos à matéria.

VII – Remessas incompletas de informações na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

A unidade instrutiva assinala que:

(...) a RAIS constitui “...importante instrumento de coleta de dados” para a gestão governamental do setor de trabalho e que os dados, “constituem expressivos insumos para atendimento das necessidades” da legislação da nacionalização do trabalho; de controle de registros do FGTS; dos Sistemas de Arrecadação e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Concessão e Benefícios Previdenciários; de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial, bem como de identificador do trabalhador com direito ao abono salarial do PIS/PASEP, consoante se depreende das informações contidas no sítio da RAIS, bem ainda, o fato de que as informações contidas em sua base de dados são utilizadas, também, em atividades de controle e fiscalização pelos mais variados órgãos governamentais, conclui-se que a prestação de informações equivocadas ou incompletas, prejudica as ações governamentais seja no âmbito da formulação de políticas públicas, seja nas atividades de operação, fiscalização e controle.

201. *De notar que a omissão de informações ou sua prestação de forma falsa ou inexata, dá causa a aplicação de multa pelo citado Ministério, cujo montante final está diretamente relacionado ao número de registro omitido, falso, inexato, ou enviado intempestivamente.”*

Assim, entende a Sefipe/TCDF que o Tribunal deve determinar à CLDF que “*proceda a imediata revisão das RAIS enviadas ao Ministério do Trabalho e Previdência nos últimos cinco anos, procedendo, se for o caso, às retificações devidas, concomitantemente ao aperfeiçoamento dos controles internos afetos, cuja avaliação será feita pelo Tribunal em momento oportuno*”.

Nesse item, nada a opor ao quanto sugerido pela unidade instrutiva.

Ante todo exposto, portanto, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

- I. tome conhecimento do Ofício n.º 116/2017-GP, encaminhado pela CLDF, do Relatório de Auditoria n.º 08/2016-Final (e-DOC A474214B-e), bem como dos demais documentos juntados aos autos;
- II. autorize a constituição de autos apartados para conduzir estudos especiais acerca dos desdobramentos advindos da decisão do STF havida nos RE 602043 e 612975, como, a título de exemplo, questões sobre a aplicação de teto remuneratório para detentores de proventos ou estipêndios pensionais em cumulação com cargo de livre provimento ou cargo eletivo, vencimentos de cargo efetivo com os de cargo eletivo ou em comissão, proventos de aposentadoria com vencimentos de cargo não acumulável, cujo ingresso tenha ocorrido até dezembro de 1998;
- III. cientifique a Câmara Legislativa do Distrito Federal que a consulta veiculada no expediente mencionado no item I, acima, será objeto de análise em autos específicos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

IV. considere cumpridas as providências requeridas nas Decisões indicadas no Quadro I Relatório de Auditoria n.º 08/2016-Final (e-DOC A474214B-e), bem como releve os erros materiais indicados no Quadro II, do mesmo relatório, dando por regulares os registros ali identificados;

V. determine à CLDF que:

a) adote, no prazo de 90 (noventa) dias, providências no sentido de revisar os apontamentos objeto do Quadro III do Relatório de Auditoria (e-DOC A474214B-e), procedendo, conforme o caso, à regularização pertinente, observando o direito de defesa dos interessados, dando conhecimento à Corte de Contas dos resultados alcançados;

b) adote ainda, no prazo indicado no item anterior, providências junto aos servidores inativos, pensionistas/beneficiários e servidores exonerados que tenham recebido valores resultantes da conversão em pecúnia da licença-prêmio por assiduidade sem observância, na fixação da remuneração-base, do teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da CF, no sentido de se ressarcir da diferença paga a maior, observado o direito de defesa, nos moldes preconizados no item VII da Decisão TCDF n.º 3.520/2015;

c) promova a imediata revisão das RAIS enviadas ao Ministério do Trabalho e Previdência nos últimos cinco anos procedendo, se for o caso, às retificações devidas;

d) aperfeiçoe os controles internos afetos aos procedimentos a seguir identificados, uma vez que as falhas identificadas nos itens 2.2.1.1, 2.3.1.4 do Relatório de Auditoria (e-DOC A474214B-e) denotam problemas de natureza sistêmica (não pontuais):

i) a atualização financeira dos proventos e estipêndios sujeitos às regras de atualização pelo RGPS e dos estipêndios atualizados pela paridade, bem como reveja a situação atual dos servidores inativos e pensionistas sujeitos às regras em tela;

ii) elaboração da RAIS;

VI. informe ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal que o teto remuneratório dos servidores que acumulam cargos com amparo no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, deverá ser considerado em cada cargo isoladamente, à vista do que decidiu o colendo STF nos RE 602043 e 612975;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

VII. autorize o encaminhamento do Relatório de Auditoria (e-DOC A474214B-e), deste voto e da decisão que vier a ser adotada à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2018

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator